



O PODER ECONÔMICO

e seus limites jurídicos

José Francisco Siqueira Neto
Patrícia Tuma Martins Bertolin
(Org.)



Editora
Mackenzie

O PODER ECONÔMICO E SEUS LIMITES JURÍDICOS

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Reitor: Benedito Guimarães Aguiar Neto

Vice-reitor: Marco Tullio de Castro Vasconcelos

EDITORA DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Conselho Editorial

Helena Bonito Pereira (*Presidente*)

José Francisco Siqueira Neto

Leila Figueiredo de Miranda

Luciano Silva

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Moises Ari Zilber

Valter Luís Caldana Júnior

Wilson do Amaral Filho

COLEÇÃO DIREITO MACKENZIE

Diretor: José Francisco Siqueira Neto

O PODER ECONÔMICO E SEUS LIMITES JURÍDICOS

**JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA NETO
PATRÍCIA TUMA MARTINS BERTOLIN
(ORG.)**

Copyright © 2016 José Francisco Siqueira Neto e Patrícia Tuma Martins Bertolin

Todos os direitos reservados à Editora Mackenzie. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Mackenzie.

Coleção Direito Mackenzie, v. 5.

Coordenação editorial: Andréia Ferreira Cominetti

Capa e projeto gráfico: Ana Claudia de Mauro

Preparação de texto e diagramação: Crayon editorial

Revisão: Linotec

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Poder econômico e seus limites jurídicos / José Francisco Siqueira Neto,
Patrícia Tuma Martins Bertolin (Org.). -- São Paulo : Editora Mackenzie,
2016. -- (Coleção Direito Mackenzie)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8293-437-1

1. Direito e economia 2. Direito fundamental 3. Poder econômico I.
Siqueira Neto, José Francisco. II. Bertolin, Patrícia Tuma Martins. III. Série.

16-09267

CDU-34:316.645:33

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito e poder econômico 34:316.645:33
2. Poder econômico e Direito 34:316.645:33

EDITORA MACKENZIE

Rua da Consolação, 930 – Ed. João Calvino – São Paulo – SP – CEP 01302 907

Tel.: (5511) 2114 8774

editora@mackenzie.br | livraria@mackenzie.br | www.mackenzie.br/editora.html

Editora afiliada:



SUMÁRIO

Apresentação

FELIPE CHIARELLO DE SOUZA PINTO

7

Instrumentos reguladores do direito ambiental para sustentabilidade
do desenvolvimento econômico

LUCIANA CORDEIRO DE SOUZA FERNANDES

11

A proteção dos bens culturais no licenciamento ambiental:
o que mudou com a Lei Complementar n. 140/2011?

INÊS VIRGÍNIA PRADO SOARES

41

Controle judicial sobre a eficácia das normas constitucionais de direitos sociais

RODRIGO SOLDI

71

Excesso de regulação como fator impeditivo da concorrência

ANDRÉA QUEIROZ FABRI E CARLOS EDUARDO DO NASCIMENTO

99

O debate sobre o conceito de trabalho decente e o *dumping* social

DANIELA BERTOTTI

117

A liberdade de trabalho frente à cláusula de não concorrência

TÚLIO DE OLIVEIRA MASSONI

137

A ordem econômica como bem jurídico-penal

GEORGES AMAURI LOPES

159

A intervenção do Estado na economia capitalista

SÍLVIO LUIZ DE ALMEIDA

179

Índice

199

APRESENTAÇÃO

Felipe Chiarello de Souza Pinto

A questão dos limites jurídicos ao poder econômico encontra-se no núcleo das preocupações e debates do século XXI, refletindo-se na análise dos institutos jurídicos e da função estatal nas relações econômicas. Assim, impõe-se a avaliação conjunta do fenômeno jurídico e suas implicações nas relações decorrentes do exercício do poder econômico nos mais diversos campos do Direito, considerando a transversalidade do tema.

A presente coletânea, intitulada *O poder econômico e seus limites jurídicos*, é o resultado do esforço teórico de docentes e pesquisadores do Direito, cujo desafio de correlacionar múltiplos temas permite não somente ampliar, bem como aprofundar a visão dos leitores, sejam eles estudantes, docentes ou profissionais do Direito.

Esta obra inicia-se com o tema da proteção do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cerne do capítulo “Instrumentos reguladores do direito ambiental para sustentabilidade do desenvolvimento econômico”. Na criteriosa análise, Luciana Cordeiro de Souza Fernandes, levanta, ainda, as questões envolvendo o meio ambiente na Constituição Federal e na ordem econômica vigente, bem como o desenvolvimento sustentável e os instrumentos ambientais limitadores do poder econômico.

De temática semelhante, o capítulo “A proteção dos bens culturais no licenciamento ambiental: o que mudou com a Lei Complementar n. 140/2011?”, de Inês Virgínia Prado Soares, enfatiza a natural relação existente entre o direito ambiental, os bens culturais e o poder econômico. Em resposta à própria indagação

presente no título do texto, a autora discorre sobre os fundamentos constitucionais para exigir a incorporação da variável cultural nos empreendimentos; o meio ambiente como instrumento de proteção dos bens culturais; os princípios ambientais e o patrimônio cultural que conduzem prioritariamente o licenciamento ambiental; a variável cultural no licenciamento ambiental, além de trazer exemplos de ações em casos concretos.

Uma (re)leitura dos direitos sociais à luz dos limites jurídicos ao poder econômico é trabalhada por Rodrigo Soldi em “Controle judicial sobre a eficácia das normas constitucionais de direitos sociais”. No capítulo, o autor analisa o modelo da Constituição de 1988 e os direitos sociais; as normas constitucionais garantidoras de direitos sociais; e o controle judicial das políticas públicas em um panorama sobre os limites de aplicabilidade das normas de direitos sociais.

A intervenção do Estado na atividade econômica, especialmente no tocante à imposição de restrições aos contratos de trabalho, a defesa da concorrência, a regulação econômica, e os excessos e as falhas da regulação como parte da intervenção estatal na economia são os principais tópicos de “Excesso de regulação como fator impeditivo da concorrência”, acurada análise dos autores Andréa Queiroz Fabri e Carlos Eduardo do Nascimento.

Os direitos sociais e a questão do trabalho ganham amplitude internacional no capítulo “O debate sobre o conceito de trabalho decente e o *dumping* social”, de Daniela Bertotti, que expõe os aspectos institucionais da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como dos padrões de proteção ao trabalho, também conhecidos como cláusulas sociais, e a sua relação com o comércio internacional.

O novo contexto das relações laborais em uma sociedade “pós-industrial” e altamente tecnológica exige novas cláusulas e obrigações anexas ao contrato individual de trabalho dos cidadãos do mundo. Em “A liberdade de trabalho frente à cláusula de não concorrência”, Túlio de Oliveira Massoni investiga a validade das citadas cláusulas de não concorrência à luz dos requisitos delineados pela jurisprudência e pela doutrina de países como Espanha, Itália, França e Portugal, dada a ausência de regulamentação do instituto no ordenamento jurídico brasileiro.

Sob o título “A ordem econômica como bem jurídico-penal”, Georges Amauri Lopes discorre sobre a legitimidade material do Estado em criminalizar condutas que provoquem lesão, ou exponham ao risco de lesão, à ordem econômica constitucionalmente protegida. Aborda, entre outros assuntos relevantes, a intensificação da

intervenção do Estado na economia, o bem jurídico tutelado pela norma penal e a ordem econômica como bem jurídico-penal.

Encerra esta reflexão teórica o capítulo “A intervenção do Estado na economia capitalista”, em que Silvio Luiz de Almeida aprofunda o tema ao abordar a intervenção estatal, a regulação e a cidadania, bem como o Estado, no que chama de “pós-fordismo”. Por conta das crises sistêmicas que atingem o capitalismo, conclui o autor, tem-se reivindicado um papel interventivo do Estado na economia, algo como uma “reedição” do keynesianismo.

Ao reunir estudos que primam pela elevada qualidade acadêmica sem abandonar os aspectos práticos necessários aos operadores do Direito na contemporaneidade, esta obra se apresenta como leitura imprescindível e altamente recomendável à comunidade jurídica brasileira.

FELIPE CHIARELLO DE SOUZA PINTO

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo (PUC-SP).

Diretor da Faculdade de Direito da
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

Docente no Programa de Pós-Graduação em
Direito Político e Econômico da UPM.

O poder econômico e seus limites jurídicos reúne seletos textos de docentes e pesquisadores do Direito altamente qualificados, que se dedicaram à análise aprofundada de diversos temas essenciais à contemporaneidade.

Os institutos jurídicos e a função estatal nas relações econômicas são averiguados neste livro, e os autores correlacionam múltiplos temas, tais como: direito ambiental e sustentabilidade; proteção dos bens culturais, controle judicial e direitos sociais; regulação e concorrência; trabalho decente e *dumping* social; trabalho e cláusulas de não concorrência; ordem econômica e bem jurídico penal; e intervenção do Estado e economia capitalista.

De relevante contribuição ao avanço da ciência jurídica no Brasil, permitindo uma visão crítica e ampla do Direito atual, a coletânea de textos reunida em *O poder econômico e seus limites jurídicos* é recomendada não somente para os graduandos, como também aos docentes e aos operadores do Direito.

Nesse sentido, a Universidade Presbiteriana Mackenzie reforça o compromisso de seu Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico de contribuir permanentemente para a construção de um pensamento jurídico nacional transformador e de impacto tanto no universo acadêmico quanto na sociedade civil democrática brasileira.

ISBN 978-85-8293-437-1



Editora
Mackenzie